

(In) Subordinações Contemporâneas: Linguística, Letras e Artes

Angela Maria Gomes
(Organizadora)



Angela Maria Gomes
(Organizadora)

**(In) Subordinações Contemporâneas:
Linguística, Letras e Artes**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
159	(In) Subordinações contemporâneas [recurso eletrônico] : linguística, letras e artes / Organizadora Angela Maria Gomes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-608-9 DOI 10.22533/at.ed.089190309 1. 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Artes. 3. Letras. 4. Linguística. I. Gomes, Angela Maria. CDD 407
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Incorporando as discussões e propostas da educação, no que abrange as ciências artísticas e da linguagem, (IN)subordinações Contemporâneas: Linguísticas, Letras e Artes traz em seu discurso reflexões em favor de uma educação voltada para a inclusão social e pelo reconhecimento e valorização da diversidade artística cultural, incluindo a brasileira. Tais reflexões foram embasadas a partir de, entre outras metodologias, levantamentos bibliográficos, estudos de caso, relatos de experiências e análise de obras literárias, de cinema e teatrais. Diretrizes Curriculares e a Base Nacional Comum Curricular também foram referendadas e analisadas.

Na linguagem, começando por com uma visão naturalista a qual defende que a mesma se desenvolveu e evoluiu com o passar do tempo, tal qual outros elementos naturais, formando assim uma ciência da linguagem pautada nas premissas do botânico Charles Darwin, aproximando as ideias naturalistas dos estudos linguísticos. Ainda sobre o tema, encontramos uma visão holística de como o educador pode lançar mão dos conhecimentos fonéticos e fonológicos em seu trabalho constante na sala de aula quando detectado em seus alunos dificuldades na aquisição e desenvolvimento da linguagem. Em análise do processo de produção textual, especificamente da evolução ocorrida entre a primeira e a última versão da produção de artigos de opinião, são aqui analisadas as principais dificuldades que surgem em relação à produção desse gênero do discurso. Investigam-se aqui as possíveis principais dificuldades que o aluno apresenta ao elaborar um texto argumentativo.

No campo das artes, vislumbramos desde estudos sobre danças e músicas regionais, reflexões sobre experiência de trocas e processos criativos para a gravação e posterior performance de trilha sonora autoral, até a proposta de utilização de aparatos tecnológicos como ferramenta educacional que oportuniza a inclusão de discentes sem conhecimento musical prévio e pouco contato com a linguagem musical tradicional. Outro ensaio também descreve os procedimentos utilizados em curso de extensão estruturado para a formação criativo-musical de crianças e discute o estímulo produzido partindo do potencial criativo dos alunos, relacionando domínios artísticos diversos (pintura, vídeo arte, literatura, vídeo game arte, quadrinhos...) e aplicando novas tecnologias para o ensino-aprendizagem de instrumentos de percussão. Ensino de artes e as suas ressonâncias na formação inicial de professores foram observadas sob a luz das Diretrizes e Referenciais Curriculares. Assim, esses são alguns dos questionamentos e desafios aqui colocados e refletidos para o ensino da arte contemporânea.

Outro tema aqui abordado: Inclusão Social, que tem sido alvo de muita propagação no cenário brasileiro desde a década de 1990. No contexto da educação de surdos, este processo é motivo de muitas polêmicas e discussões, uma vez que o Ministério da Educação lança políticas de uma educação para esse público direcionadas ao ensino regular. Já a comunidade surda se mantém em uma posição contrária a

essa, dando ênfase a uma educação específica para surdos, tendo como principal língua de instrução a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Na questão da inclusão, conjuntamente aqui, reflexões sobre o processo de disseminação de saberes sobre as minorias indígenas no cenário educacional brasileiro, um dos problemas que continuam a desafiar as políticas sociais, e a inclusão e aceitação da pessoa com síndrome de Down na sociedade. Os processos de desenvolvimento humano da pessoa com síndrome de Down estarão tanto mais próximos da efetivação dos direitos de cidadania quanto mais sua inclusão e aceitação na sociedade forem garantidas e defendidas.

Com o advento das Novas Tecnologias na Educação Brasileira, o tema não poderia deixar de ser contemplado. É preciso que ocorra a ruptura de padrões outrora estabelecidos, para que a escola e o professor desenvolvam papéis diferentes e a aula deixe apenas o modelo convencional e sejam trabalhadas novas metodologias. Entre outras, neste volume, analisa-se a possibilidade da utilização de aparatos utilizados no pré-cinema como forma de inserir as tecnologias na educação.

Dessa forma, esta coletânea objetiva contribuir de forma significativa para a reflexão conjunta e a conexão entre pesquisadores das áreas de Linguísticas , Letras e Artes - e de suas interfaces, projetando novos caminhos para o desenvolvimento socioeducacional, artístico e científico.

Angela Maria Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA NATURALISTA E AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM: DUELOS E DEBATES	
Daiany Bonácio	
Mariângela Peccioli Galli Joanilho	
DOI 10.22533/at.ed.0891903091	
CAPÍTULO 2	15
A MÚSICA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE AÇÕES MUSICAIS PARA PROFESSORES NÃO ESPECIALISTAS	
Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira	
André Luiz Correia Gonçalves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0891903092	
CAPÍTULO 3	31
A POLÊMICA DOS EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL PARA ALUNOS SURDOS	
Marcos Roberto dos SANTOS	
DOI 10.22533/at.ed.0891903093	
CAPÍTULO 4	40
A SUBJETIVAÇÃO DOS SUJEITOS INDÍGENAS EM APARATO DIDÁTICO EM CIRCULAÇÃO NO CIBERESPAÇO	
Icléia Caires Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.0891903094	
CAPÍTULO 5	56
AINDA SOBRE A EDUCAÇÃO DO NÃO-ARTISTA: REFLEXÕES SOBRE UMA POSSÍVEL INICIAÇÃO À ARTE CONTEMPORÂNEA POR MEIO DE NÃO-FORMAS E SUA CONCEITUAÇÃO	
Italo Bruno Alves	
DOI 10.22533/at.ed.0891903095	
CAPÍTULO 6	67
ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DOS DISCURSOS SOBRE 'ORIENTAÇÃO SEXUAL' NA BNCC: EXCLUSÃO E (É) PRECONTEITO?	
Luciene de Carvalho Mendes	
Isabela Candeloro Campoi	
DOI 10.22533/at.ed.0891903096	
CAPÍTULO 7	79
ARTE E CULTURA NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA AS LICENCIATURAS	
Mirian Celeste Martins	
DOI 10.22533/at.ed.0891903097	

CAPÍTULO 8	90
ARTIGO DE OPINIÃO: ESTUDO DE CASO SOBRE ASPECTOS RECORRENTES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO TEXTUAL	
Mirian Celeste Martins Thaís Aparecida Burato	
DOI 10.22533/at.ed.0891903098	
CAPÍTULO 9	103
AS IDAS E VOLTAS DO ENSINO DA ARTE NO BRASIL	
Monica Rodrigues de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0891903099	
CAPÍTULO 10	115
BIOGRAFIA E MÚSICA NO CANDOMBLÉ	
Ferran R. Tamarit	
DOI 10.22533/at.ed.08919030910	
CAPÍTULO 11	126
CENTROS DE AUTOACESSO E AUTONOMIA DOS ALUNOS	
Tamires Miranda de Oliveira Italo Barroso Melo Walkyria Alydia Grahl Passos Magno e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.08919030911	
CAPÍTULO 12	137
COMPOSIÇÃO MUSICAL NO BOI TINGA EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA: HISTÓRIA E ANÁLISES MUSICAIS A PARTIR DO TROMPETE EM BB	
Rosinei Gilberto Rodrigues Monteiro Junior Everton Dalton Pereira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.08919030912	
CAPÍTULO 13	150
CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS FONÉTICOS E FONOLÓGICOS NA PRÁTICA DOCENTE: ALUNOS COM DESVIO DE FALA	
Jeislene Dutra Pouso Jackeline Aguiar Silva Sousa Michelle Fonseca Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.08919030913	
CAPÍTULO 14	162
DANÇAS REGIONAIS & <i>BALLET</i> CLÁSSICO	
Lucienne Ellem Martins Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.08919030914	
CAPÍTULO 15	174
ENSINO MUSICAL, DIVERSIDADE ARTÍSTICA E NOVAS TECNOLOGIAS: POR UMA (IN)ICIAÇÃO PERCUSSIVA (IN)TEGRADA E (IN)SUBORDINADA	
Ronan Gil de Moraes Léia Cássia Pereira da Paixão	

Lucas Fonseca Hipolito de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.08919030915

CAPÍTULO 16 186

ENTRE HETEROTOPIA E UTOPIA: DO REGIME DE ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO EM *O BALCÃO*, DE JEAN GENET

Nilda Aparecida Barbosa

Roselene de Fátima Coito

DOI 10.22533/at.ed.08919030916

CAPÍTULO 17 199

ESTUDO DA NARRATIVA ROSIANA EM “DÃO-LALALÃO”

Jacqueline de Sousa Miranda

Sílvio Augusto de Oliveira Holanda

DOI 10.22533/at.ed.08919030917

CAPÍTULO 18 214

LETRAMENTOS EM TEMPO DA COMUNICAÇÃO UBÍQUA NAS VOZES DOS GRADUANDOS DE LETRAS NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

Albina Pereira de Pinho Silva

Wendell Camilo Deposiano

DOI 10.22533/at.ed.08919030918

CAPÍTULO 19 225

LITERATURA E INTERATIVIDADE NO CIBERESPAÇO: A POÉTICA INTERATIVA DE ZACK MAGIEZI

Camila Santos de Almeida

Daniela Silva Braga

Maryna Garcia Wagner

Larissa Cardoso Beltrão

DOI 10.22533/at.ed.08919030919

CAPÍTULO 20 233

MULHERES NOS ANOS DOURADOS: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DAS MULHERES, A PARTIR DO CORPO E DO TRABALHO, NA REVISTA JORNAL DAS MOÇAS, DA DÉCADA DE 50

Palmira Heine Alvarez

DOI 10.22533/at.ed.08919030920

CAPÍTULO 21 245

MULHERES SOB O OLHAR DOS ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA COM FOTOGRAFIA E ARTE

Carla Carvalho

Helen Rose Leite Rodrigues de Souza

Rosana Clarice Coelho Wenderlich

DOI 10.22533/at.ed.08919030921

CAPÍTULO 22 258

O PRÉ-CINEMA COMO RECURSO METODOLÓGICO DE INSERÇÃO DAS

TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Fabiane Costa Rego

Marcus Ramusyo de Almeida Brasil

DOI 10.22533/at.ed.08919030922

CAPÍTULO 23 270

PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO MUSICAL EM BOA VISTA – RR: PROJETO SONS DE MAKUNAIMA NAS SALAS DE AULAS

Marcos Vinícius Ferreira da Silva

Beatriz Taveira de Moura Teixeira

Celso Lima

Leila Adriana Baptaglin

Rosângela Duarte

DOI 10.22533/at.ed.08919030923

CAPÍTULO 24 286

PROCESSOS CRIATIVOS E ARTIVISMOS FEMINISTAS ANTI-RACISTAS E DECOLONIAIS DE ASÈ

Laila Rosa

Iuri Passos

Adeline Seixas

Brenda Silva

Daniela Penna

DOI 10.22533/at.ed.08919030924

CAPÍTULO 25 295

PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A OBESIDADE INFANTIL E GESTÃO BIOPOLÍTICA: CORPO E (IN)SUBORDINAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Michelle Aparecida Pereira Lopes

DOI 10.22533/at.ed.08919030925

CAPÍTULO 26 306

SÍNDROME DE DOWN E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE DO FILME “CITY DOWN A HISTÓRIA DE UM DIFERENTE”

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

Maria Aparecida Campos Diniz de Castro

DOI 10.22533/at.ed.08919030926

CAPÍTULO 27 325

SONORIZAÇÃO AO VIVO: O ACASO E A ATITUDE DE TATEAR NA CONSTRUÇÃO SONORA DE A LUTA VIVE

Alexandre Marino Fernandez

Ricardo Tsutomu Matsuzawa

DOI 10.22533/at.ed.08919030927

CAPÍTULO 28 335

TEMPO E MEMÓRIA DE ENVIOS NA OBRA DE ELIDA TESSLER

Isabela Magalhães Bosi

DOI 10.22533/at.ed.08919030928

CAPÍTULO 29	346
TRILHAS - POR ONDE PISAM MEUS PÉS	
Andréa Luisa Frazão Silva	
Adriana Tobias Silva	
Monica Rodrigues de Farias	
Marcus Ramusyo de Almeida Brasil	
DOI 10.22533/at.ed.08919030929	
CAPÍTULO 30	360
VIBROACÚSTICA Y CREATIVIDAD “UNA EXPLORACIÓN EN ARTES A TRAVÉS DE LA EXPERIMENTACIÓN SENSORIAL”	
Lucía Noel Viera	
Alejandra Escribano	
DOI 10.22533/at.ed.08919030930	
SOBRE A ORGANIZADORA	364
ÍNDICE REMISSIVO	365

ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DOS DISCURSOS SOBRE 'ORIENTAÇÃO SEXUAL' NA BNCC: EXCLUSÃO E (É) PRECONTEITO?

Luciene de Carvalho Mendes

(Mestrado pela Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Paranaíba), lucamendes.75@gmail.com

Isabela Candeloro Campoi

(Profa. Dra. da Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Paranaíba), isabela.campoi@unespar.edu.br

RESUMO: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entendida como importante documento orientador para a educação básica, é um instrumento em constante transformação, pois acompanha as mudanças sócio culturais de forma a contemplar as ideias e as ações da humanidade a seu tempo. Pretende-se analisar os discursos auferidos no contexto de aprovação final da BNCC ocorrida em dezembro de 2017, os quais são reveladores. Nessa abordagem, valer-se-á da Teoria Social do Discurso como método de análise, o que possibilita refletir sobre a mudança social através dos discursos a respeito da diversidade sexual de gênero na versão final do documento. Quem são os sujeitos que elegem os conteúdos na BNCC? Quais vozes subjazem a essas representações? Com esses discursos, o que é pretendido materializar no seio da sociedade? Entre o adequado e o viável, o artigo ora proposto pretende compreender os

fatores que formam e sustentam a reprodução ideológica de poder no que diz respeito à exclusão da temática orientação sexual da última BNCC. Os estudos linguísticos (com suporte das Ciências Humanas) propõem um entendimento da dimensão da prática social por via da naturalização ideológica, através de alianças de consentimento teorizadas por Fairclough. Assim, a teoria social do discurso contribui para a área de educação, na medida em que possibilita a conscientização a respeito dos fatores que incidem sobre a produção de documentos norteadores da educação nacional. **PALAVRAS-CHAVE:** Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Orientação Sexual. Teoria social do discurso.

1 | INTRODUÇÃO

Compreender as constantes transformações curriculares considerando as ideias e ações da humanidade, a seu tempo (BLOCH, 2001), requer um método especial de análise. Esses feitos, materializados em conteúdos no instrumento BNCC, nem sempre revelam quem são os sujeitos que elegem os conteúdos, muito menos as vozes que subjazem a essas representações. Com os discursos apresentados, o que é pretendido materializar no seio da sociedade? Entre o

adequado e o viável, os estudos linguísticos (com suporte das Ciências Humanas) propõe um entendimento da dimensão da prática social por via da naturalização ideológica, através de alianças de consentimento, assim teorizadas por Fairclough.

O propósito é oferecer a compreensão dos fatores que formam e sustentam a reprodução ideológica de poder sobre a exclusão da temática gênero e sexualidade da BNCC. Tais reproduções, na linha tênue da rede de significações, revelam e materializam fenômenos vistos como práticas sociais de poder, consentimento e naturalização. Neste intento de vir e revelar, eis que a teoria social do discurso contribui para a área de educação como método de ensino nos tratos em torno do texto escrito e oral, assim como os fatores que incidem sobre seu desenvolvimento e suas funções sociais, possibilitando ainda a conscientização no que diz respeito a fatores que incidem sobre a produção de documentos norteadores da educação nacional.

Um diálogo será desenvolvido entre a perspectiva histórico-crítica e a teoria social do discurso na busca por indícios que justifiquem a BNCC como instrumento de aplicação social por via dos processos discursivos de negação que a constituem. Serão adotados da análise tridimensional de Fairclough alguns princípios que nos façam compreender os processos de mudança discursiva entre duas versões da BNCC a respeito da exclusão do termo ‘orientação sexual’ na sua relação com a mudança social e cultural, especificamente o discurso enquanto poder hegemônico na transformação social.

2 | CONSCIÊNCIA DA MATERIALIDADE DISCURSIVA: INTERSECCIONANDO TEORIAS E MÉTODOS PARA FINS DETERMINANTES

Brandão (2012, p. 11) introduziu no seu trabalho sobre a análise discursiva que “a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais”. Direcionando o nosso olhar sob essa perspectiva, há de se compreender o quanto a linguagem em seus processos discursivos está diretamente ligada às suas condições de produção. E é através dos novos estudos da análise de discurso, onde se discute o “modo como o discurso contribui tanto para a reprodução como para a transformação das sociedades” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 62), que pesquisadores das ciências humanas, ciências políticas, sociologia, psicologia social e linguística vem percebendo a necessidade de se realizar um trabalho mais interdisciplinar.

A finalidade última é tratar dos fatores que transformam a sociedade e, neste caso, há especificidades da competência discursiva, nos meandros entre a coisa e a sua representação sígnica, que corroboram para este processo, dada a natureza ideológica imbricada nos seus atos. Ademais, com o poder das ordens discursivas, ainda podem ser verificados os atos e fatos que sustentam a reprodução das ideias

pretensas, na prática social.

Justificado o novo cenário, neste trabalho serão discutidas algumas especificidades das condições de produção do discurso. A primeira delas é o da educação, tomada como trabalho não material na defesa de Dermeval Saviani e Newton Duarte (2012; 2013). A segunda será o da categorização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto produtora de novas concepções ideológicas, com defesa em Gramsci, por Anita Schlesener (2007). Uma terceira especificidade a ser tratada nesse estudo é a de caráter conceitual, a ser compreendida pelas formas do dizer, ou não, sobre determinadas situações de ordem social com aporte nos eixos culturais, em Stuart Hall (2006), e as teorias da análise do discurso explanadas por Eni P. Orlandi (1997), Foucault em Jean-François Bert (2013) e Rosa Maria B. Fisher (2013) e, Norman Fairclough (2016). Para esta terceira situação, o dado específico é o da orientação sexual, cujas representações estão sendo minimizadas no documento norteador da educação básica BNCC pelas formas brandas de silenciamentos e pela presença sutil da nova ordem discursiva a ser ideologizada nas práticas escolares.

2.1 A educação enquanto trabalho não material e a força dos discursos que a empoderam no processo de transformação social

Dado o valor material que a linguagem exerce na sociedade, por ser de prática, de ação e de representação, seja na relação dialética com a estrutura social a que se restringe, ou a nível social mais amplo (FAIRCLOUGH, 2016), não se concebe mais um estudo sobre mudança social onde ela (a linguagem) não se veicule enquanto agente contributiva deste processo. A linguagem é estendida à noção de discurso quando tratada pelas vias múltiplas de significações nos contextos onde ela acontece. Por essa razão, Fairclough trabalha a análise discursiva como práticas sociais manifestadas nas noções de formas simbólicas, gêneros do discurso, blocos sociais, representações institucionalizadas, elaborando a sua “teoria social do discurso”.

Seguindo essa via de entendimentos, a educação será tomada, aqui, como uma estrutura social onde os discursos operam normas e convenções, construindo e institucionalizando poder. A caracterização da educação enquanto estrutura ideológica, posiciona a Escola na sociedade como agente de disseminação de discursos que corroboram, na prática, com as mudanças/transformações sociais. Nessa perspectiva, o fazer educativo não procederá à sua especificidade se não houvessem, por trás, os discursos que a constitui enquanto espaço de poder e representação, e os discursos que através dela são instituídos para fins de mudanças sociais.

Saviani (2013), defensor da concepção educacional histórico-crítica, diz ser a educação, em sua especificidade, um processo de trabalho não material através do qual é tratada a produção de saberes da natureza e da cultura humana. Desta ordem faz-se necessário compreender a diferença entre trabalho material e não material a fim de não se desenvolver discursos que confundam ou desqualifiquem

as especificidades de ambas as categorias. No caso do trabalho material, a ação humana, o fazer, é uma antecipação objetiva das ideias, ou melhor, a objetivação de recursos materiais para fins usuais. Assim, o trabalho deve promover a subsistência da espécie humana, tornando palpável as propriedades do mundo real, compreendendo que “ao agir assim sobre o mundo externo e transformá-lo, ele (o homem) ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (MARX, (s/d) apud BRAVERMAN, 1977, p.52).

De outra perspectiva, no trabalho não material a produção se dá pela difusão de “ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades” (SAVIANI, 2013, p.12), de forma que o autor ainda distingue a referida categoria em duas modalidades: na primeira, o produto se separa do produtor. Aqui podemos ter como exemplo os livros didáticos, de tempos de concepção e produção distintos. De igual (ou maior) relevância, os reprodutores (professores e alunos) destes conhecimentos ainda apresentam tempos e momentos ainda mais distintos no ato da apreensão dos saberes ali impostos; na segunda, as atividades produzidas não se separam do produtor, onde a ação produzida e a ação consumida acontecem ao mesmo tempo, a exemplo das aulas expositivas, onde há no mesmo instante de sua ação a presença do (a) produtor (a) – professor (a) e do consumidor - o (a) aluno (a).

Assim compreendida como trabalho não material, a educação é uma instituição pouco representada pelos profissionais que nela atuam ativamente. Essa representação é a força de trabalho que se faz pelo desenvolvimento discursivo de conhecimentos, protagonizando mudanças. A realização acontece através da ação direta do discurso na elaboração dos saberes historicamente constituídos e opera sistematicamente no momento exato do ato educativo. O que se constrói como saber material e não material durante esse processo, fará parte da história dos sujeitos partícipes dessa ação subjetivando transformações futuras.

Os poderes político e econômico, de posse desse saber, tomam a escola para a difusão de hegemonias sob o controle legal de disciplina nesse espaço. Ao defenderem a pedagogia histórico-crítica, cuja tese se apoia “na análise da contradição que marca a história da educação escolar na sociedade capitalista”, Saviani e Duarte (2012, p. 2) apontaram o ponto chave dessa contradição que se opera entre a especificidade do trabalho educativo na escola e a apropriação do conhecimento pelo capital, cuja socialização não pode acontecer. Operando com o domínio desses conhecimentos e o controle do trabalho educativo na escola, a sociedade política consegue alcançar seus objetivos dominantes, por via de processos de execução que podem acontecer de várias formas, conforme observação de Gramsci (SCHLESENER, 2007):

A sociedade política tem a função de controlar, de assegurar legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa, nem passivamente, aos objetivos dominantes; a coerção é exercida principalmente nos momentos de crise, quando fracassa o consenso espontâneo (SCHLESENER, 2007, p. 29).

Essa função de controle político põe a sociedade civil no campo de uma batalha

histórica, cujo objetivo sempre foi transformar a sociedade naquilo que determinam como fundamental para a ascensão de sua classe e da classe capitalista. É através da força não material (conhecimentos em suas formas mais desenvolvidas) que a força de trabalho material tem sua exploração garantida. Para que o projeto seja empreendido no processo de hegemonização de saberes, considerando o tempo indeterminado que se leva para sua efetivação, a classe política se encarrega de articular outras formas mais emergentes (ou imediatas) de disciplina quando cuida de elaborar documentos que orientam o fazer educativo.

Caso o consentimento (pressuposição e predisposição entre os agentes que materializam o ato educativo) não se efetue de forma branda, outras formas coercitivas entram no cenário das lutas. Por se tratar de escola pública, automaticamente a compreendemos como parte do sistema que a concretiza e, quem nela opera trabalho, segue à risca o contrato firmado. Desta forma, caso haja a indisciplina, algumas formas fraudulentas de organização acontecem, como é o caso dos boicotes financeiros às unidades escolares e as retaliações funcionais por meio dos cortes salariais e/ou demissões.

Como o propósito deste artigo não é adentrar no discurso sobre a força de trabalho material, nos reorientemos quanto ao objetivo não material do ato educativo. Atuando com forte influência sobre as classes sociais, a escola vem desde o séc. XIX operando seu poder a serviço da classe política. Destarte funções específicas dos passivos acordos, os profissionais que nela operam deveriam atuar como os verdadeiros representantes da instituição educacional, pertencente por natureza à humanidade, e não a classificados humanos.

Alcançado o conhecimento sobre o trabalho não material da educação, de plena realização durante o ato educativo e sob a força discursiva que opera poder de transformação social, cabe agora elucidar a questão das articulações de poder e hegemonia implantados nos documentos norteadores da educação.

2.2 O documento da vez e a sua categorização de (re)produtora ideológica das políticas de golpes

Quando se percebe que há uma política de golpes (neste caso, golpe à educação)? Uma das iniciativas de mudança propostas para uma nova ordem de Estado é desenvolver, reformular ou subtrair documentos de orientação do fazer educativo em espaço escolar. Mas, nenhum documento (aqui podendo ser entendido como texto) se aplica se não houver em seus discursos a manifestação de interesses, sejam esses dos que falam por si ou dos que falam pelos outros. Vale lembrar que toda política direcionada à educação pode ser entendida como golpe, dado o valor representativo que nela, e por ela, é instrumentalizado.

A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC/EM), oficializada e encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para apreciação em março

de 2018, apresentou em seu conteúdo os objetivos básicos de aprendizagem para cada nível de ensino, atrelada ao desenvolvimento para a cidadania e o preparo para o mercado de trabalho. Por essa introdução podemos categorizá-la como o documento cujos discursos tendem a reproduzir o poder na combinação entre os domínios legais e os aparatos de ordem econômica e pedagógica. Todos estes cruzamentos materializam um produto (BNCC) que foi ideologicamente pensado para atender majoritariamente a um bloco social (o capitalista)¹.

Neste documento constam os objetivos predeterminados pela classe político-econômica para uma sociedade a qual pretendem (re)ordenar. No entanto, as classes contempladas com essas orientações de educação, sustentarão com sua força de trabalho material o novo modelo de sociedade capitalista brasileiro. Mas esse objetivo só será alcançado caso o profissional que no espaço escolar opera, cumprir com as formas passivas de coerção² do estado. Para que o trabalho objetivo e não material da educação não opere fora do consenso idealizado pelo estado e continue agindo passivamente, todo o jogo de convencimentos vem sendo desenvolvido em formas de alianças.

Para esse jogo cito o que Gramsci apresentou sobre o equilíbrio cambiante entre as relações de domínio quando se evidenciam os conflitos sociais. O poder de representação das organizações civis nas classes políticas tornou-se uma forma coercitiva de consentimento, um acordo passivo para que a coerção em suas várias outras facetas não entre em ação.

Na concepção liberal, o estado (em sentido restrito – a sociedade política) apresenta-se como o aparelho representativo e suas ações limitam-se à tutela da ordem pública e do respeito às leis. Um Estado que não superou a fase corporativo-econômico, em que o nível de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social é pequeno (SCHLESENER, 2007, p. 30).

É certo que essa percepção Gramsciana de início de séc. XX, na Europa, correspondia ao período da ascensão burguesa cujos interesses estavam por se concretizar no estado político liberal. Nesta explanação, Schlesener (2007) mostra o que Gramsci identificou como a “utopia democrática”, onde os ideais de sustentação da democracia burguesa eram alimentados pela simulação de igualdade, alimentando o imaginário social.

Haja vista, hoje, a exatos cem anos pós-escritos cárcere-gramsciano, temos à nossa disposição a evolução deste estado liberal para o dito neoliberal³ tardio.

1 Vide lei 13.415/17 para o ensino médio e seus aparatos de/para ordens trabalhistas.

2 Segundo Gramsci, são as formas de assegurar legalmente a disciplina dos grupos. Esse processo pode se dar no desempenho do modelo único e consensual de formar a opinião pública por via dos papéis operacionais dos meios de comunicação (jornais), partidos políticos, sindicatos e aparatos institucionais (livros, revistas, documentos norteadores do exercício público em suas várias esferas).

3 Este programa, que teve seu apogeu na década de 1970, na Europa, mantém o Estado forte, rompendo o poder dos sindicatos, controlando o dinheiro e tornando parco os gastos sociais. Ademais, mantém uma taxa “natural” de desemprego, criando uma reserva de empregos diretos o que quebra, tecnicamente, os sindicatos. Resumo, a nível popular: as greves reivindicativas são contidas. Nos tem-

Inserida nesse invólucro de simulações representativas entre estado político e estado civil, o espaço escolar com seus aparatos documentais, tornou-se a forte (re)produtora ideológica das políticas de golpes. Não adentraremos nas questões específicas que configuraram o golpe de estado do ano de 2016, no entanto, validaremos tal movimentação pelos discursos de ordem demandados no documento BNCC.

Como identificar a proposta de mudança social na BNCC por via dos discursos que a constitui?

Primeiro, direcionemos atenção à temática dos movimentos sociais das representações sexuais e os tratos discursivos que demandaram na indicativa de mudança social.

Segundo, em se tratando de sexualidade(s) e representações sexuais, identificar na BNCC como a representação do preconceito a essa temática se manifesta nas novas ordens discursivas. A negação (que não ocorre com o uso do termo modificador ‘não’) silencia algo já dito e, na retirada do termo ‘orientações sexuais’ do documento, sugere uma nova ordem ideológica.

Por fim, mas não instituindo esgotamento às possíveis análises críticas, a Base Nacional Comum Curricular segue seu pleito sugerindo para além dos dois segmentos a serem detalhados na seção que segue, o consentimento passivo das ordens sociais para a sua plena instrumentalização social. No implícito estado de utopia democrática, as classes política e civil-política insuflam o novo discurso no espaço escolar como forma de silenciamento aos anteriormente instituídos como conhecimentos necessários para humanizar sujeitos. Sejam pelas condições próprias dos movimentos que representam alguns blocos sociais ou pelas forças institucionais que as submetem às várias formas de violência, os ‘velhos’ documentos serviram apenas para negar parte dos discursos que agora não são mais operados como necessários. As representações sociais têm nas suas raízes de luta as razões próprias de serem, acreditarem e continuarem lutando pelo direito ao respeito e à democratização de suas verdades. As formas do dizer, ou não, são conceitos a serem implantados hegemonicamente como verdades e os atos dos dizeres podem gerar no desenvolvimento da sociedade, novas formas de violentar blocos que tem como finalidade a felicidade de atuar em sociedade as suas individualidades, suas orientações.

2.2.1 As formas do dizer (ou não) na BNCC para as demandas de ordem social.

Dizer envolve constituições históricas. Tudo que é dito assume uma forma de representar situações, pessoas, épocas ou acontecimentos e, inclusive, tornam-se evidentes as representações daquele(a) que profere o discurso. De movimento contrário, embora complementar, o silêncio liga o não-dizer à história e à ideologia (ORLANDI, 1997). Essas constituições, de valor histórico, também se valem pelo

pos atuais temos a evolução (tardia) desse programa nas Américas, configurando-se sob os acórdãos entre Estado-Sindicatos como forma de controle popular(...) (ANDERSON, 1995)

que Hall (2006) chamou de “representações culturais”, sejam elas sólidas, cujas identificações de indivíduos são de fácil denominação, sejam pelas fragmentadas, as quais representam as novas culturas descentradas⁴. Essas representações estão em constante mudança nas suas práticas sociais e, por essa razão, também materializam discursos que concretizam suas culturas.

Nas teias discursivas e suas práticas, as palavras exercem o poder concreto das formações culturais, assumindo, assim, funções múltiplas:

Elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento, apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado. (...) tudo que dizemos tem um “antes” e um “depois” - uma “margem” na qual outras pessoas podem escrever. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença). (HALL, 2006, p.11)

Nessa dinâmica de significações evidencia-se a evolução/transformação social decorrente das contradições, típicas da humanidade, nas quais o discurso toma forma dialética. Desse empenho surge uma questão, também de poder histórico e social, cujo teor contraditório emerge dos atos de negar: a punição. Ao passo em que surgem situações nas quais as novas identidades se manifestam, aparecem também as reações a essas diferenças caracterizando renovadas formas e poderes disciplinares⁵ (ou punições) entre as instituições. Inicialmente, podemos compreender como instituições as representações, as práticas (comportamentos, linguagens e outros) que formam novas culturas (as fragmentadas, conforme Hall); em seguida, entendamos as representações concretas de poder desenvolvidas para representar uma ideia ou cultura, como é o caso da escola, da igreja, das clínicas, etc. Nesse processo de relações “cada nova configuração comparece com seu lote de novas partilhas, de novas categorizações, de novas exclusões, que se articulam e se combinam entre si” (BERT, 2013, p. 115)

Para a primeira situação, objeto desta seção, destaco ainda a revelação explanada em Fisher (2013, p. 128) sobre a análise enunciativa de Foucault quando ele “pretende chegar à complexidade das práticas discursivas e não discursivas no interior das quais se forma um dado objeto – no caso, o racismo estranhado nas instituições educacionais brasileiras, num certo tempo”. É desse ponto que gira a teia de significações sobre as formas do dizer (ou não) para as demandas de ordem social na BNCC. Demandas antes mencionadas e instituídas, cujas representações agora ganham novas formas de negação.

Quando alguém se nega a falar sobre algo, duas situações ocorrem nesse

4 Hall se refere às identidades fragmentadas ou descentradas por representarem o que ele denominou de “um tipo diferente de mudança estrutural” com base nas novas configurações de classe, gênero, sexualidade, etnia. Tais representações estão se deslocando do lugar que em outrora arremontou os comportamentos e identidades culturais para novos espaços e linguagens.

5 Para Foucault esse regime, cuja função é inventar indivíduos e políticas, se encarrega de criar mecanismos reguladores para, supostamente, manter a ordem estrutural.

processo: uma é o negar explícito e isso infere na possibilidade da existência real do que foi negado; a outra é silenciando, não evidenciando a existência de algo. Orlandi (1997, p. 14) fala que o “silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro” coloca o silêncio como “fundante” quando aprofundada “a análise dos modos de se apagar sentidos, de se silenciar e de se produzir o não-sentido onde ele mostra algo que é ameaça”. Nessa perspectiva, caso se queira negar sem a possibilidade do uso da negativa ‘não’, evidencia-se um termo genérico que apague ou camufle o termo específico.

Na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio/18 esse ato de negação ocorre quando se evidencia a supressão do termo ‘orientação sexual’ e ‘gênero’ de seu texto. Para ocupar o espaço dessa representação específica, a competência 9⁶ traz para o espaço escolar termos genéricos, cujas significações são amplas e não demonstram em seu conteúdo por área de ensino as especificidades pertinentes à realidade dessas identidades culturais. Onde se estabelece a necessidade de “exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais”, no texto anterior dizia: “sem preconceito de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza”. Nota-se que no encaminhamento à versão atual as palavras/termo “orientação sexual” e “gênero” foram retiradas.

A intenção vem sendo claramente exposta nos últimos anos, o que retrata um retrocesso às discussões sobre gênero e sexualidades no espaço escolar. O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 13.005/14), cujas discussões também ocorreram nos Estados e Municípios, já trazia essa pretensa ordem quando nas discussões para implementação do documento cederam à pressão sofrida por parte de algumas instituições religiosas. Na ocasião foi lançada uma ofensiva à proposta quando esses grupos intitularam como “ideologia de gênero”⁷ a defesa pela discussão da temática do âmbito dos direitos humanos.

De um lado pode-se notar a negação, mesmo que por vias das representações de ódio e violência, daquilo que já se reconhece instituído enquanto cultura na sociedade que, conforme Fairclough (2016), são efeitos da prática discursiva sobre identidade, de forma que os sujeitos sociais já vêm sendo moldados em suas práticas. Essa dinâmica também possibilita aos sujeitos se remodelarem e se reestruturarem em (ou através de) suas práticas, conforme necessário. Por outro lado, nota-se a tentativa de implementação de um novo termo, ideologizando novas demandas de ordem

6 Na BNCC, as competências gerais da Educação Básica articulam-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB/96-17.

7 Para Jimena Furlani (2015) “O termo ‘ideologia de gênero’ não está presente, não é de uso no contexto das Teorias de Gênero. Esse termo, essa expressão, foi criada/inventada, recentemente, no interior de alguns discursos religiosos. Trata-se de uma interpretação equivocada e confusa que não reflete o entendimento de ‘Gênero’ presente na Educação e na escolarização brasileiras, nas práticas docentes e/ou nos cursos de formação inicial e continuada de professoras/as”.

social, veiculadas por representações políticas religiosas e instituições religiosas. Esse embate acalorado ilustra, simbolicamente, o quadro da situação educacional no Brasil cujas questões de ordem social estão sendo manipuladas com a finalidade de retornar à própria sociedade como males a serem combatidos a todo custo.

Os meios utilizados para a veiculação das negativas às questões sexuais são todos de ordem institucional sem o amparo legal para as suas implementações. No entanto, esses veículos, fazendo uso disso e demandando como ação popular, propõe ao estado político engendrar formas de sujeição a esse ato. Diante de toda a movimentação ocorrida, o discurso da BNCC representa uma suposta imparcialidade às representações de ambos os temas ao passo que ao invés de negá-los explicitamente, de forma a mencionar o porquê, e/ou aprovar, subtraiu as menções substituindo-os pelo termo genérico ‘diversidades’.

O perfil político advindo do atual documento reflete a negação aos direitos sociais, os mesmos nos quais vem sendo materializada a sua força de identidade por direitos humanos igualitários desde os anos de 1990. O propósito é dar voz a classes e não a blocos⁸ (caso ocorrido nos anos políticos antecedentes ao atual) que por essa linha de análise podemos inferir que se lhes fosse dada voz, o sistema político atual teria que fracionar ainda mais os programas de financiamento de ordem social. A teoria das classes direciona o Estado a atender aos interesses neocapitalistas/neoliberalistas, nos quais a ideologia da fragmentação não condiz com os propósitos de concentração de renda e poder do mercado, numa estratégia de agenciamento de ordem econômica pelo Estado. A fragmentação sugere assistência e promoção demandadas pelas representações sociais, por vias dos quais pode acontecer com intensa frequência as reivindicações por direitos. Como o propósito político foge a essa expectativa, o Estado, com a tutela da lei, faz-se representativo ao implementar doses homeopáticas de solução às crises por ele postas em evidência.

Por essa via, o Estado age como o representante político do povo e se defende dele usando a linguagem da lei. Quando interpelado pelos blocos, reflui para o direito, demonstrando como legal seu aparato ideológico.

A educação, no âmbito da legislação que a institui, opera nesse contexto, todavia tendo em sua representatividade profissional, parques contraventores. Já o Estado atua como o mediador (ou mesmo, interventor) de ideologias que tem como finalidade, mudar a sociedade, ou moldá-la a contento do mercado. Neste caso, tratar de individualidades, dadas as categorizações por representações em blocos, não atende às demandas neoliberais, o que faz com que essas minúcias sejam segregadas e deixadas a controle da própria sociedade, já que instituições se encarregam de disseminar as novas ordens discursivas para um novo comportamento humano, nos quais pode estar propensa uma nova onda de mudança social.

8 Por Fairclough podemos considerar esse ‘bloco’ como grupos, pequenas representações inseridas numa classe social; constituí o termo referencial ‘bloco’ na mesma dimensão de estrutura social, embora seja mais fragmentada, para a qual ele segmenta os eventos discursivos como agentes de mudança social.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva dialética (no limiar da prática e dos eventos contraditórios sociais) teorizada por Fairclough, demonstra toda a flexibilidade social que incorre em mudanças de comportamentos e pensamentos da humanidade. A linguagem em seu exercício natural ou condicionado de formações discursivas, forma e transforma na mesma proporção os modos de prática política e ideológica, nas quais subsistem as relações de poder.

O homem é inteligente e suas formas de comunicar(-se) traduzem essa realidade. Não há ciência que emancipe sem que haja uma intimidade com a linguagem que a oriente como tal. Não haveria texto escrito, como esse, se não houvesse linguagem que o fundamentasse e assim o tornasse comunicante. No enleio que envolve homens e linguagens, residem os discursos, residem os meios e os fins de suas representações, assim como as formas e os sentidos transitáveis (ou não) nas relações sociais entre os homens dotados de inteligência, de sentidos e ações, de força e de trabalho.

Nesse ensaio, onde os discursos atuam como plano de fundo, chamamos a atenção para os fatores que formam e sustentam a reprodução ideológica de poder sobre a exclusão. Sabendo que toda a especificidade dialógica e dialética desse trabalho permeia o campo da educação, alertamos aos profissionais que nela operam a sua sapiência e força de trabalho o cuidado em tratar como tarefa primordial a compreensão de sua função, assim como dos discursos que a validam nos processos político-sociais. Dessa sugestão, vale inserir atenção especial às questões subtraídas de documentos que regem a educação (neste caso a BNCC) e buscar a dinâmica dos discursos que o formam. Assim sendo, como profissionais da educação temos o poder de reger nosso papel na sociedade percebendo, lutando e transformando os silenciamentos operados nos documentos de orientação educacional. E o que fazer quando profissionais se negam ao exercício de conhecer os discursos e as suas formas de produção e execução de poder?

Pensem nessa representação de silêncio pelas palavras de Orlandi (1997, p. 48) em interdiscursividade com Heidegger (1969): “É por fissuras, rupturas, falhas, que ele (o silêncio - grifo meu) se mostra, fugazmente: ‘É só de tempos em tempos que ele se volta para o homem’.”

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-37

BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC – Secretaria da Educação Básica, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (...) e 11.494, de 20 de junho 2007, (...); revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015>

_____. Lei 13.005, de de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>

BRAVERMAN, Harry. **Labor and monopoly capital**: The degradation of work in the twentieth century. Tradução de propriedade da Zahar Editores. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

COSTA, Paula; CORPES, Joanalira; LAPA, Juliana. **Gêneros e sexualidades**: estratégias para promoção de debates na formação de professores/as Multiárea. Revista de didáctica Núm. 8, 2016

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2ª ed. Brasília: Editora UNB, 2016.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FURLANI, J. (2015). **Ideologia de gênero?** Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. [En línea]. Recuperado de https://issuu.com/linoperes/docs/_esclarecendo_-_ideologia_de_genero

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11ª ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar** (Coleção polêmicas do nosso tempo). Campinas, SP: Autores Associados, 2012

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. 3ª ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Discurso 1, 31, 40, 41, 44, 54, 69, 78, 295, 296, 297, 304, 305

Argumentação 90, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 109, 112, 152

Arte 16, 17, 18, 19, 21, 22, 29, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 121, 122, 166, 172, 174, 177, 179, 180, 181, 182, 185, 206, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 267, 268, 269, 280, 282, 284, 285, 324, 326, 328, 330, 331, 333, 334, 335, 336, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 353, 355, 356, 357, 358, 361, 362, 363

Arte Contemporânea 56, 57, 58, 59, 62, 65, 333

Artes Integradas 174, 176, 177, 178, 184

Artes Visuais 16, 18, 56, 58, 59, 66, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 183, 185, 264, 269, 270, 277, 278, 345, 346

Artigo de Opinião 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101

B

Base Nacional Comum Curricular 67, 69, 71, 73, 75, 78, 104, 108, 110, 114

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 67, 69, 108

C

Ciberespaço 40, 41, 46, 49, 51, 52, 217, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 231, 232

Ciência Linguística 1, 2, 6, 7, 8, 9, 12, 13

Cultura 21, 24, 32, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 69, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 107, 116, 118, 121, 122, 123, 126, 131, 133, 137, 142, 149, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 185, 189, 192, 212, 213, 218, 219, 221, 224, 255, 258, 262, 264, 272, 274, 275, 277, 284, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 308, 332, 335, 336, 337, 356

D

Danças Regionais 162, 166, 167, 169, 170, 171, 172

Diretrizes Curriculares 19, 29, 79, 80, 89

Discurso 1, 2, 11, 12, 13, 14, 31, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 78, 90, 101, 123, 159, 191, 198, 217, 220, 221, 222, 223, 233, 234, 235, 236, 241, 242, 243, 244, 295, 296, 297, 299, 300, 302, 304, 305

E

Educação Bilíngue 31, 34, 35

Educação Inclusiva 31, 32, 34, 36, 37, 38, 323

Educação Musical 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 174, 184, 270, 273, 276, 280, 282, 283, 284

Ensino de arte 56, 57, 62, 105, 107, 114, 258, 346, 348

F

Formação de professores 15, 16, 20, 29, 78, 79, 107, 215, 216, 218

Formação docente 87, 109, 219, 221

G

Guia didático 40, 41, 42, 46, 47, 54

H

Hipertexto 217, 225, 226, 228, 232

I

Inclusão Social 31, 224, 261, 283, 308, 319, 320, 321, 324

Indígena 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 117, 271, 277

Interdisciplinaridade 80, 81, 86, 264, 270, 277, 283, 324

L

Linguagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 33, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 66, 68, 69, 76, 77, 83, 84, 89, 105, 107, 109, 111, 124, 129, 136, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 172, 179, 189, 200, 207, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 226, 227, 234, 235, 236, 263, 264, 270, 280, 287, 291, 308, 340, 346, 349, 355, 357, 358

M

Materiais alternativos 268, 270, 276, 277, 283

Música 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 132, 138, 139, 145, 146, 147, 148, 162, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 197, 260, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 292, 293, 294, 311, 326, 327, 332, 356, 360, 361, 362, 363

N

Naturalismo 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13

Novas tecnologias 40, 46, 163, 174, 177, 178, 184, 185, 228, 260, 261, 268, 269

O

Orientação sexual 67, 68, 69, 75

P

Pedagogia 16, 18, 19, 20, 35, 70, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 88, 89, 136, 219, 222, 293, 318

Pedagogo 15, 16

Poesia 84, 163, 225, 256, 353

Professor 15, 16, 19, 20, 26, 27, 28, 30, 33, 70, 88, 92, 95, 102, 106, 107, 112, 120, 132, 133, 159, 202, 219, 221, 222, 223, 224, 258, 260, 262, 263, 267, 277, 280, 282, 284, 353, 355, 357, 358

Professor pedagogo 15

S

Subjetividade 38, 40, 45, 52, 53, 176, 198, 206, 296

T

Teoria social do discurso 67, 68, 69

 **Atena**
Editora

2 0 2 0